

Governo fecha acordo com comunidades indígenas

O governo estadual fechou anteriormente mais um acordo com as comunidades indígenas, quando assumiu o compromisso de repassar recursos à Funai para a demarcação da reserva Massaco e a intermediar ações junto ao Incra e a outros órgãos que forem necessários à desintração de áreas indígenas, entre elas a reserva dos Mequéns e a dos Uru-Eu-Wau-Wau. O acordo, conduzido pelo coordenador técnico do Planaflo, Pedro Beber, contou com o aval das duas maiores autoridades do Banco Mundial no Brasil, Denny Mahr, representante do Bird no País e Francesco Vita, oficial de Projetos para a América Latina e Caribe, além do representante do Ministério do Planejamento, Manoel Rêgo, do secretário adjunto do Planejamento, Henri Boeiro e do administrador regional da Funai em Porto Velho, Charles Frazão.

A comunidade indígena foi representada por suas principais lideranças no Estado, entre elas o coordenador das Nações e Povos Indígenas, Almir Suruí, o cacique Tataré e Pio Nachoça, dos Cinta-Larga e lideranças das tribos Karitiana, Zoró, Pacáa-Novos, Tenharin, Kassupá e Aikanã. Repre-

sentantes de organizações não-governamentais ligadas aos indígenas também participaram da reunião, realizada no auditório do Planaflo.

O primeiro item do acordo foi com relação à demarcação da reserva Massaco, numa extensão de aproximadamente 369 quilômetros. Para isso, até o dia 30 de março terá que estar pronto e assinado um convênio no valor de R\$ 635 mil, entre o governo e a Funai. Para a assinatura do convênio, foi sugerido que o governador Valdir Raupp convide o presidente da Funai, Júlio Gaiger, para vir a Porto Velho. Os trabalhos de demarcação devem começar até o dia 20 de maio e serem concluídos até o final de outubro.

DESINTRUSÃO

A retirada de posseiros titulados pelo Incra e de invasores em áreas indígenas foi outro assunto amplamente debatido. O coordenador do Planaflo, Pedro Beber, explicou que o Estado não tem poderes para executar ações de desintração, mas garantiu total apoio às reivindicações das comunidades indígenas. A reserva dos Mequéns, na região de Cacoal, ocu-

pou a primeira parte das discussões. As lideranças indígenas não aceitaram duas propostas apresentadas anteriormente pelo Incra. Uma era de que os invasores fossem retirados até julho de 98. A outra era de que fossem retirados até o final deste ano, mas assegurava às famílias instaladas na área o direito de retornar em 98 para colher a safra dos produtos plantados.

Para evitar problemas com uma eventual "invasão autorizada", conforme definiram a proposta de retorno para a colheita em 98, os representantes indígenas solicitaram o apoio do governo para que intermedie a desintração da área até outubro deste ano, o que foi aceito por Pedro Beber e pelo secretário Henri Boeiro, fechando assim o acordo sobre a reserva dos Mequéns.

A área de maior conflito e de forte pressão social, a dos Uru-Eu-Wau-Wau, foi a que absorveu maior tempo das discussões. Localizada na região central do Estado, numa área de 1 milhão e 800 mil hectares, abrangendo doze municípios, há um complicador maior, o projeto Burareiro. Criado pelo Incra, que expediu 122 títulos de posse numa área dentro da reserva indí-

gena, gerou problemas que vêm se arrastando há pelo menos quinze anos e que tem alimentado novas investidas de invasões na área de entorno do projeto Burareiro.

Para coibir essas novas invasões, o Planaflo está custeando uma operação que envolve a Funai, Polícia Federal, Polícia Militar Florestal e Ibama, para notificar os invasores que estão se instalando em áreas próximas ao Burareiro. São aproximadamente 58 famílias que deverão deixar o local até o dia 30 de abril.

Quanto ao Burareiro, a Funai entrou com uma ação na justiça contra o Incra, pedindo a nulidade dos títulos de posse expedidos. Ocorre que o juiz que julgou a ação interpretou que a ação deveria ser contra os detentores dos títulos, não contra o Incra. Criado o impasse, a liminar foi parar na assessoria jurídica da Funai, em Brasília, para decidir se recorre ou se acata a liminar. Para resolver a polêmica, ficou acertado na reunião que a administração Regional da Funai, a Cumpir e ONGs ligadas aos movimentos indígenas, cobrarão um posicionamento imediato da assessoria jurídica da Funai em Brasília.